

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

**RELATÓRIO SOBRE EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR
Porto do Itaqui
65085-370 – São Luís (MA)

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data.

Responsabilidade da administração da Entidade sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Ressalva

- ✓ A companhia deixou de aplicar os procedimentos técnicos de teste de recuperabilidade ("impairment") nos seus ativos, como determinam os pronunciamentos descritos nos CPC's 27 e 01 (NBC TG 27 e NBC TG 01). Dessa forma ficamos sem possibilidade de aferir a exatidão do saldo da conta de Ativo Imobilizado.
- ✓ A companhia, em decorrência da cessão dos bens do seu ativo imobilizado para a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, por força do Convênio de

Delegação nº 016/2000, não tem acesso aos mesmos para avaliar a existência e ou o estado desses bens. Dessa forma, não houve inventário dos bens e ficamos impossibilitados de confirmar a existência física e os valores desses ativos registrados na contabilidade da companhia.

- ✓ A companhia demanda com o Instituto de Seguridade – PORTUS, em seis processos, a cobrança de valores que deveriam ter sido repassados àquele Instituto. O valor registrado como obrigação contingente é de R\$ 4 milhões, desde o exercício de 2014, sem sofrer qualquer tipo de reajuste. Ressalte-se que esse valor de R\$ 4 milhões é o valor fiscal das quatro ações propostas e não os valores efetivamente calculados. Ficamos, dessarte, impossibilitados de validar os valores provisionados relativamente à essa obrigação contingente com a PORTUS.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis impactos advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR, em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. A companhia, entretanto, acumula sucessivos prejuízos nos últimos anos e em junho de 2015 o convênio nº 007/2008 que lhe dava autoridade para gerir as hidrovias foi encerrado, fazendo com que a companhia reduzisse suas atividades, embora mantenha a administração por Convênio de Descentralização nº 001/2014 e de Apoio Técnico e Financeiro nº 002/2014, celebrado com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República o Porto Organizado de Manaus, e conseqüentemente, reduziu a capacidade de gerar recursos que possam proporcionar sua auto manutenção. Dessa forma, passou a gerar incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Outros

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas por outra firma de auditoria, cujo Relatório dos Auditores emitido em 27/02/2015 continha ressalvas.

Ribeirão Preto (SP), 03 de março de 2016.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" MA

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO A SER APRESENTADO À
ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS**

Em 29 de Fevereiro de 2016

Senhores Acionistas,

1. CARACTERIZAÇÃO

A **Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR** é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede e foro no Porto do Itaqui, s/n, Itaqui, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, e com prazo de duração indeterminado. O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 191.792.175,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e noventa e dois mil e cento e setenta e cinco reais), representado por 9.657.437.423 ações sem valor nominal, sendo a União detentora de 99% das ações da empresa.

2. DIRETRIZES

As diretrizes traçadas pela Diretoria Executiva da **CODOMAR** para o exercício de 2015 tiveram como objetivo principal garantir o cumprimento de sua função estratégica, basicamente no que se refere à manutenção e melhoria das vias navegáveis e portos fluviais e lacustres, por delegação do Governo Federal.

Em face de decisão judicial, a CODOMAR teve que readequar seu plano estratégico para o Porto de Manaus, onde as ações de operação e exploração do Porto passaram a ser realizadas pelos arrendatários Estação Hidroviária do Amazonas S/A e Empresa e Revitalização do Porto Organizado de Manaus, conforme contratos nº 001/2001 e 002/2001, respectivamente, figurando a CODOMAR, nesse novo cenário, como autoridade portuária. Para tanto renegociou com os arrendatários a readequação dos seus respectivos contratos à luz da Lei 12.815/2013.

Em 04 de novembro de 2015, foi publicada a Resolução nº 10, de 03 de novembro de 2015, no Diário Oficial da União, de 04 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização – CND, recomendando à Presidente da República a inclusão da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR no Programa Nacional de Desestatização – PND. O aludido Conselho recomendou, ainda, ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MP, a designação de responsável pela execução e acompanhamento do Processo de Desestatização. Esta Companhia aguarda os desdobramentos dos procedimentos para a última ação dos atos necessários à conclusão do processo de Desestatização.

3. OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A **CODOMAR** buscou executar, no decorrer do exercício de 2015, ações direcionadas ao atendimento dos planos e programas governamentais com ênfase para a administração do Porto Organizado de Manaus, bem como na modernização de sua estrutura.

Até junho de 2015, a CODOMAR também atuou na melhoria e manutenção das hidrovias, com a finalidade de propiciar navegação segura e implementar a movimentação de cargas. Para isso destacamos a execução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA de nove corredores hidroviários nacionais, buscando diagnosticar os gargalos do transporte fluvial e lacustre, traçando metas para, com isso, buscar a navegação franca e segura, aumentando a movimentação de cargas e passageiros, com a redução de seus respectivos custos operacionais, contribuindo com o perfil da matriz de transporte brasileira, além de fomentar o desenvolvimento das regiões ribeirinhas próximas.

Como metas alcançadas para este fim, destacam-se as mencionadas a seguir.

3.1 Execução do disposto no Convênio de Apoio Técnico e Financeiro para Gestão das Hidrovias e Portos Interiores nº 007/2008/DAQ/DNIT, de descentralização dos serviços portuários e hidroviários, delegando para a **CODOMAR** a administração das hidrovias do Nordeste – AHINOR, do São Francisco – AHSFRA, da Amazônia Ocidental – AHIMOC, da Amazônia Oriental – AHIMOR, do Sul – AHSUL, do Paraná – AHRANA, do Paraguai – AHIPAR e do Tocantins e Araguaia – AHITAR: Foram executadas obras de manutenção da profundidade do canal de navegação, sinalização hidroviária nos trechos, destocamentos e retirada de obstáculos em vias navegáveis nos principais rios federais;

3.2 Execução de Convênios de Apoio Técnico e Financeiro celebrados entre o **DNIT** e a **CODOMAR**, com a finalidade de realização de obras e serviços para a implantação de Terminais Hidroviários no Estado do

Amazonas, onde destacamos a administração, operação, manutenção, limpeza e vigilância de 45 (quarenta e cinco) Terminais Hidroviários na Região Amazônica, nos Estados do Amazonas e Rondônia;

3.3 Execução do Convênio de Descentralização nº 01/2014/SEP/PR e do Convênio de Apoio Técnico e Financeiro, nº 02/2014/SEP/PR, ambos firmados com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR, com a finalidade de descentralizar a execução das atividades relativas à administração, exploração, operação e manutenção do Porto Organizado de Manaus, e promover a reestruturação administrativa e organizacional do mesmo.

4. RECURSOS HUMANOS

O limite máximo do Quadro de Pessoal da Companhia Docas do Maranhão – **CODOMAR**, fixado por intermédio da Portaria nº 02, de 20.01.2006, do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, é de 22 empregados, este já reduzido para se adequar às atuais atribuições da Companhia.

5. CONCLUSÃO

Em 2015, a **CODOMAR** teve como objetivo principal o cumprimento de suas atribuições institucionais, de forma a se buscar manter, em todo o Brasil, uma infraestrutura de transporte aquaviário capaz de suprir às demandas do setor produtivo e gerar benefícios sociais para a população, principalmente interligando municípios que utilizam esse modal como principal meio de transporte. Portanto, o desempenho da **CODOMAR** na manutenção das hidrovias, além da continuidade da execução física, manutenção e operação dos terminais hidroviários no Estado do Amazonas, deve ser interpretado como um grande avanço na melhoria do transporte hidroviário para o nosso país que possui em seus rios federais, a possibilidade de transporte rápido, barato e seguro.

Entretanto, por decisão do Ministério dos Transportes, foram encerrados todos os convênios celebrados com o DNIT, dentre os quais destacamos o Convênio de Apoio Técnico e Financeiro para Gestão das Hidrovias e Portos Interiores Nacionais nº007/2008/DAQ-DNIT, Convênios de Apoio Técnico e Financeiro celebrados entre o **DNIT** e a **CODOMAR**, com a finalidade de realização de obras e serviços para a implantação de 14 (catorze) Terminais Hidroviários no Estado do Amazonas, nos Municípios de: Humaitá, Manauí, Urucará, Urucurituba, Nova Olinda do Norte, Santa Isabel do Rio Negro, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tonantins, Fonte Boa, Novo Aripuanã, Barcelos, Jutai e Santo Antônio do Içá, motivo pelo qual a Companhia reduziu suas atividades, estando atualmente com a operação, administração e exploração do Porto Organizado de Manaus.

Silvio Romano Benjamin Junior
Diretor de Engenharia e Operações no Exercício da Presidência da CODOMAR

Ricardo Fernandes Lins
Diretor Administrativo e Financeiro da CODOMAR

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.573.817	28.823.058
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	1.304.677	1.337.089
Devedores por convênios	5	-	2.735.443
Estoques		10.832	23.285
Adiantamentos concedidos a empregados	6	3.478.644	3.281.388
		11.367.970	36.200.263
Não circulante			
Adiantamentos a terceiros	7	-	-
Depósitos judiciais	13	696.016	504.760
Outros ativos		730.652	568.662
Investimentos		-	-
Imobilizado	8	158.960.650	159.039.714
		160.387.318	160.113.136
Total do Ativo		171.755.288	196.313.399
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos		-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	9	1.215.072	4.288.950
Partes relacionadas (Transferências da união)	10	(5.969.495)	8.224.346
Obrigações fiscais	11	4.688.177	8.262.607
Obrigações sociais	12	235.307	472.809
Provisões para contingências	13	34.818.387	26.789.723
Parcelamento de dívidas	14	217.960	211.536
Outros		673.856	29.087
		35.879.265	48.279.058
Passivo não circulante			
Partes relacionadas (Transferências da união)	10	1.456.695	1.328.052
Parcelamento de dívidas	14	2.925.767	3.068.979
		4.382.462	4.397.031
Patrimônio líquido			
Capital social	15	191.792.175	191.792.175
Reservas de incentivos fiscais		239.011	239.011
Saldo de exercícios anteriores		(20.075.327)	(20.075.327)
Prejuízos acumulados		(38.868.673)	(27.063.781)
Resultados de saldos de exerc. anteriores das hidrovias	16	(1.593.624)	(1.254.768)
		131.493.561	143.637.310
Total do passivo e do patrimônio líquido		171.755.288	196.313.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Operações			
Receita líquida	17	75.365.303	117.383.288
Custo dos serviços prestados	18	(246.903)	(786.225)
Lucro bruto		<u>75.118.400</u>	<u>116.597.063</u>
Despesas tributárias	19	(350.235)	(2.916.511)
Despesas administrativas	20	(87.231.589)	(141.351.828)
Lucro operacional		<u>(12.463.424)</u>	<u>(144.268.339)</u>
Receitas financeiras	21	1.171.617	1.079.131
Despesas financeiras	22	(513.084)	(471.636)
Resultado financeiro líquido		<u>658.533</u>	<u>607.495</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(11.804.892)</u>	<u>(27.063.781)</u>
Prejuízo líquido por ação do capital social no fim do exercício		<u>(0,001222363)</u>	<u>(0,00280237)</u>
Quantidades de ações		9.657.437.423	9.657.437.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de
2015 e 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de Incentivos fiscais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	191.792.175	239.011	(21.330.095)	170.701.091
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(27.063.781)	(27.063.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	191.792.175	239.011	(48.393.876)	143.637.310
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(11.804.892)	(11.804.892)
Ajuste de Exercícios anteriores			(338.857)	(338.857)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>191.792.175</u>	<u>239.011</u>	<u>(60.537.625)</u>	<u>131.493.561</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do Exercício	(11.804.892)	(27.063.781)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	74.050	165.056
Constituição (reversão) da PCLD	-	-
Ajuste do ativo imobilizado	79.064	5.471.951
Constituição (reversão) da provisão para contingências	8.028.663	25.130.639
	<u>(3.623.114)</u>	<u>3.703.862</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e recebíveis de convênios	1.094.652	(1.377.990)
Devedores por Convênio	2.735.443	(2.610.220)
Estoques	12.453	342
Adiantamentos concedidos	(197.256)	300.667
Depósitos judiciais	(191.256)	51.653
Empréstimos Compulsórios	-	-
Adiantamentos a terceiros	-	-
Outros Ativos	(161.990)	(178.976)
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Empréstimos e Financiamentos	-	(42.944)
Fornecedores e demais contas a pagar de convênios	(3.073.878)	671.869
Impostos, taxas e contribuições	(3.574.423)	4.530.060
Salários e obrigações sociais	(240.628)	(1.029.064)
Provisões		
Parcelamentos de dívidas	(136.788)	(72.832)
Outros passivos	579.956	(343.596)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	<u>(3.153.714)</u>	<u>(101.031)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) diminuição de imobilizado	(78.163)	(362.819)
Transferência de propriedade do ativo imobilizado (nota 3 e 8)	-	-
Baixa de investimentos	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(78.163)</u>	<u>(362.819)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) Recursos vindos da união	(15.394.250)	4.836.506
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	<u>(15.394.250)</u>	<u>4.836.506</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(22.249.241)</u>	<u>8.076.518</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.823.058	20.746.540
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.573.817	28.823.058
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>(22.249.241)</u>	<u>8.076.518</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras **Em 31 de dezembro 2015 e 2014** **(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

1.1 – A Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sede e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. A **CODOMAR** tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, administração, manutenção e melhoria das vias navegáveis, portos fluviais e lacustres, por delegação do Governo Federal, mediante a assinatura de Convênio ou outro instrumento que o substitua. Para atender seu objeto social a Companhia assinou o Convênio de Apoio Técnico e Administrativo para Gestão das Hidrovias e Portos Interiores Nacionais N° 007/08 –DAQ/ DNIT com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, para administração das Hidrovias:

- ✓ Nordeste (AHINOR) situada na cidade de São Luís – MA;
- ✓ Amazônia Ocidental (AHIMOC) situada na cidade de Manaus – AM;
- ✓ Amazônia Oriental (AHIMOR) situada na cidade de Belém – PA;
- ✓ São Francisco (AHSFRA) situada na cidade de Pirapora – MG;
- ✓ Paraguai (AHIPAR) situada na cidade de Corumbá – MS;
- ✓ Paraná (AHRANA) situada na cidade de São Paulo – SP;
- ✓ Sul (AHSUL) situada na cidade de Porto Alegre – RS;
- ✓ Tocantins e Araguaia (AHITAR) situada na cidade de Palmas – TO.

1.2 – Em 30 de outubro de 2000, foi assinado o Convênio de Delegação N° 016/2000, entre a União por intermédio do Ministério dos Transportes, com a interveniência da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR e o Estado do Maranhão, com a interveniência da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, para administração e exploração do Porto de Itaqui, do cais de São José do Ribamar e dos terminais de Ferry-Boats da Ponta da Espera e do Cojupe.

Dentre as diversas cláusulas do referido Convênio cabe destacar:

- Prazo de concessão de vinte e cinco anos, prorrogável na forma da Lei N° 9.277, de 10 de maio de 1996.
- Vigência do Convênio a partir de 1º de fevereiro de 2001.
- Os bens integrantes do patrimônio da CODOMAR foram cedidos a EMAP, através de Termo de Cessão de Bens.
- Os bens adquiridos durante a vigência do Convênio para exploração do Porto de Itaqui e demais áreas delegadas, ficarão afetos ao patrimônio da EMAP e, também, reverterão a União, ao término do Convênio, independentemente de indenização.
- Assunção pela EMAP, a partir da data de vigência do Convênio, dos contratos individuais de trabalho dos empregados da CODOMAR transferidos a EMAP as contribuições para o PORTUS – Instituto de Seguridade Social, assim como os encargos decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

Como consequência do acima exposto, a CODOMAR deixou de exercer a atividade de administração e exploração do Porto de Itaqui.

1.3 - A partir de 2005 foram celebrados entre o DNIT e a CODOMAR convênios de apoio técnico e financeiro com a finalidade de realização de obras e serviços para implantação de terminais hidroviários localizados no Estado do Amazonas.

1.4-Em 01.08.2014, a CODOMAR, assinou com a Secretaria dos Portos da Presidência da República, o Convênio descentralização nº 001/2014- SEP/PR, para administração, exploração e manutenção do Porto Organizado de Manaus, e o Convênio de Apoio Técnico e Financeiro nº 002/2014- SEP/PR, com objetivo principal o apoio técnico e financeiro para a execução das atividades de administração, exploração e manutenção do Porto Organizado de Manaus, para reestruturação administrativa e organizacional.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e estão apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Demais contas a receber registram a posição por convênio dos ressarcimentos das despesas correntes e de capital. A Companhia registra em seus ativos e passivos os direitos e obrigações que se encontram registrados nas hidrovias e portos por ela administrados.

2.5. Provisão para perdas com créditos

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. Os bens vinculados à atividade principal da companhia estão em poder de terceiros e foram cedidos para a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP conforme Convênio de Delegação Nº 016/2000 citado na Nota Explicativa 1.2.

2.7. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.8. Transferências da União

Estão demonstrados pelos valores recebidos através dos convênios firmados e que se convertem em receitas de recursos de convênios quando da efetiva realização das despesas.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.10. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia, dos arrendamentos e aluguéis de bens imóveis, das receitas financeiras e principalmente, das transferências econômicas recebidas da União por força dos convênios firmados para administração das hidrovias. A receita está apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

2.12. Resultado do exercício

O resultado do exercício corresponde somente às operações da CODOMAR, tendo em vista que, por força dos Convênios mencionados no 1.1 e 1.4, os resultados das operações das hidrovias e portos são de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e da Secretaria Especial dos Portos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	999	953
Depósitos bancários em conta corrente	118.388	1.054.129
Aplicações financeiras	6.454.430	27.767.976
	<u>6.573.817</u>	<u>28.823.058</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras, depositadas no Banco do Brasil S/A, se referem substancialmente a CDB, RDB e Fundos de Investimentos, com liquidez imediata e sem carência e podem ser detalhadas por convênios como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CODOMAR – Recursos Próprios (1)	5.882.324	11.326.080
Convênios Hidrovias	-	4.918.031
Porto Organizado de Manaus	572.106	3.874.155
Convênios Portos do Amazonas	-	7.649.710
	<u>6.454.430</u>	<u>27.767.976</u>

(1) Referente ao saldo das aplicações financeiras das contas de recursos próprio da CODOMAR, houve um decréscimo no ano de 2015, devido ao custo de despesas administrativas, adiantamentos para pagamento das despesas de pessoal da AHINOR e AHIMOC, e que ainda não foram ressarcidas pelo DNIT.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas a receber de serviços portuários	-	2.459.960
AHIMOC/INSS/PAT	464.422	464.422
AHINOR/INSS/PAT	417.011	417.011
Glosas Hidrovias - Convênios nº 007/2007	646.436	646.436
Ressarcimento AHINOR x CODOMAR	406.221	375.178
Ressarcimento AHIMOC	56.095	54.755
Outras contas a receber	7.046	4.074
(-) Provisão para perdas de créditos	(692.555)	(3.084.747)
	<u>1.304.677</u>	<u>1.337.089</u>

5. Devedores por convênios

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Convênio 007/2008 – DAQ/DNIT/CODOMAR (1)	-	2.735.433
	<u>-</u>	<u>2.735.443</u>

(1) A conta do acompanhamento técnico do Convênio nº 007/2008-DAQ/DNIT/CODOMAR, que no ano de 2014, encerrou com saldo, em 2015, apresentou saldo zero por motivo do encerramento do Convênio nº 007/2008-DAQ/DNIT em 29/06/2015.

6. Adiantamentos concedidos a empregados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamentos a empregados		
CODOMAR	12.542	14.767
AHIMOC	-	22.791
AHINOR	25.379	37.908

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO – CODOMAR

Em 13/02/2014 foi encaminhada à Diretoria Administrativa Financeira da EMAP a CDP nº 047/2014, solicitando a listagem atualizada de todos os bens da CODOMAR cedidos a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, se houve leilão desses bens e o resultado desse leilão.

Em 29/04/2014 foi recebida a resposta da EMAP através ofício nº 0020/2014- DAF/EMAP, alegando que os bens cedidos para EMAP segundo convênio de delegação nº 016/2000, celebrado entre a União e o Estado do Maranhão, que delegou a administração e exploração do Porto do Itaqui/MA, restou cedido ao Estado os “ bens móveis e imóveis que compõe o acervo patrimonial da CODOMAR” e que consta, ainda, no Termo de Cessão de Bens, em sua cláusula terceira, que:

“ Cláusula Terceira- Reversão dos Bens – Extinta a Cessão objeto deste Termo, na formula constante na cláusula anterior, os bens ora cedidos, constantes na Cláusula Primeira, reverterão à União, sem que caiba a esta a responsabilidade por qualquer tipo de indenização”.

Em 09/05/2014, foi encaminhado ao Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, através da C/DP 126/2014 solicitação que interceda com o apoio CONJUR/MT, busca de proporcionar à CODOMAR a possibilidade de vistoriar os bens que foram cedidos à EMAP.

Em 08/07/2014, foi encaminhada ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, a C/DA nº 044/2014, solicitando uma consultoria jurídica quanto a propriedade dos bens que foram cedidos para a EMAP, com base nos termos do Convênio de Delegação nº 016/2000, de 30/11/2000.

9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar da Companhia e demais hidrovias por ela administradas estavam assim apresentadas nas datas de encerramento de balanço:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CODOMAR	388.183	406.698
AHSFRA	98.089	16.826
AHIMOC	6.165	6.195
AHINOR	15.478	15.479
AHIMOR	407.377	473.529
AHIPAR	89.578	900.017
AHITAR	121.154	327.868
AHRANA	-	64.053
AHSUL	89.048	1.029.305
PORTO ORGANIZADO DE MANAUS	-	1.048.979
	<u>1.215.072</u>	<u>4.288.950</u>

Os principais saldos de fornecedores nos exercícios de 2015 e 2014 foram os seguintes:

✓ Exercício de 2015

Fornecedor	R\$
Angra System e Service Ltda	8.516
Fausto de Sousa Engenharia Ltda	85.271
Amazon Const. E Serviços Ltda	18.203
Brasil Serviços Gerais Ltda	134.616
D. Abdon e Cia Ltda	27.510
Oi Movel S/A	37.150
Polo Segurança Especializada Ltda	84.512
Projebel Serviços e Comercio Ltda	20.927
TNL PCS S/A	59.884
Caruso JR Est. Amb. e Eng. Ltda	89.288
Principais fornecedores	565.877
Demais fornecedores	649.195
Total de fornecedores	<u>1.215.072</u>

✓ Exercício de 2014

Fornecedor	R\$
Socicam Terminais Portuários	693.375
Sistema Pri Engenharia Ltda	355.605
Gestão empresarial	169.433
Schein Eng. E Serv. Aquaviários	266.833
Brasil Serviços Gerais Ltda.	200.768
Arki Assessoria e Serviços Ltda.	235.985
New Service Consultoria Ltda.	336.796
Egus Consult Eng. E Proj. Ltda.	169.496
Vyga-Prest. Serv. Cons.	175.041
Polo Segurança Especializada Ltda	84.513
Principais fornecedores	<u>2.687.845</u>

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO – CODOMAR

Demais fornecedores	1.601.105
Total de fornecedores	4.288.950

10. Transferências da União

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
<u>Circulante</u>			
Dep. Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT	(5.994.312) (a)		8.199.528
Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRAS	24.818		24.818
	<u>(5.969.494)</u>		<u>8.224.346</u>
<u>Não – Circulante</u>			
Dep. Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT	1.456.695 (a)		1.328.052
	<u>1.456.695</u>		<u>1.328.052</u>
	<u>(4.512.799)</u>		<u>9.552.398</u>

(a) Referem-se às operações de transferências de recursos registradas como receitas de recursos de convênios do DNIT visando à operacionalização dos compromissos firmados e seus aditivos entre a Companhia e aquele órgão.

11. Obrigações fiscais, retenções e contribuições

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição para Financiamento da Seg. Social – COFINS	77.584	110.828
Contribuição social	2.104	2.104
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	60.243	217.274
Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (1)	1.491.808	2.383.853
Imposto sobre Serviço – ISS	71.025	605.293
Pensão Alimentícia	326	646
Programa de Integração Social – PIS	16.844	24.069
Instituto de Seguridade Social – PORTUS	16.217	23.412
Retenções da Lei 9430/96(1)	2.748.312	3.639.504
Sindport	718	603
Sindicato da Administração Portuária	-	22.300
Licença Ambiental IPAAM	-	2.104
Reserva Cláusula 12	202.397	1.229.802
Outras contribuições	599	815
	<u>4.688.177</u>	<u>8.262.607</u>

(1) Em 2015, aconteceu um decréscimo no percentual de 56,74% das obrigações fiscais, retenções e contribuições comparado ao ano de 2014, devido a baixa dos recolhimentos das retenções do INSS e das retenções Lei 9430/96 sobre as notas fiscais de prestações de serviços da AHIMOC.

12. Obrigações sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	-	27.099
Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS	-	41.464
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	-	7.727
Provisão de férias	235.307	396.519
	<u>235.307</u>	<u>472.809</u>

13. Provisões para contingências trabalhistas e cíveis

Descrição	2015			2014		
	Contingências	Dep. Judiciais	Líquido	Contingências	Dep. Judiciais	Líquido
<u>Ações Trabalhistas</u>						
CODOMAR (ações Diversas)	30.812	(162.744)	(131.932)	30.812	(162.744)	(131.932)
AHIMOC (Ações Diversas)	145.683	(6.494)	139.189	145.683	(6.494)	139.189

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO – CODOMAR

AHINOR (Ações Diversas)	964.158	-	964.158	964.158	-	964.158
AHSUL	135.502	-	135.502	135.502	-	135.502
AHIMOR	319.022	(34.522)	284.500	319.022	(34.522)	284.500
	1.595.177	(203.760)	1.391.417	1.595.177	(203.760)	1.391.417
Ações Cíveis						
CODOMAR-PORTUS/SERVENG(1)	32.980.932	(301.000)	32.679.932	24.952.268	(301.000)	24.651.268
AHSFRA	33.274	-	33.274	33.274	-	33.274
AHITAR	32.170	-	32.170	32.170	-	32.170
AHIMOC	98.504	-	98.504	98.504	-	98.504
AHIPAR	78.330	-	78.330	78.330	-	78.330
	33.223.210	(301.000)	32.922.210	25.194.546	(301.000)	24.893.546
	34.818.387	(504.760)	34.313.627	26.789.723	(504.760)	26.284.963

- (1) O valor de R\$ 28.150.932,01 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e dois reais e um centavo), referente ao processo da **SERVENG CIVILISAN S/A – EMPRESA ASSOCIADA DE ENGENHARIA** em desfavor da COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO – CODOMAR, foi provisionado por negativa de provimento ao recurso interposto pela CODOMAR, e em decorrência do processo estar na iminência de execução. Quanto ao processo do **Instituto de Seguridade Social – PORTUS** em desfavor da COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO – CODOMAR foi provisionado o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com probabilidade de perda, a despeito da possibilidade de interposição de recursos, antes do julgamento, pois o processo encontra-se na 1ª instância. Esse valor provisionado tem por finalidade atender as disposições do CPC relacionadas ao pagamento de custas processuais, tendo em vista que as ações são ilíquidas e encontram-se, ainda, em fase inicial. Das 08 (oito) Companhias Docas, 05 (cinco) já reconheceram dívidas de mesma natureza perante o PORTUS.

14. Parcelamentos de dívidas

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
INSS/PAT				
AHIMOC	-	-	464.422	464.422
AHINOR	-	-	417.011	417.011
PORTUS				
CODOMAR	217.960	211.536	2.044.334	2.187.546
	217.960	211.536	2.925.767	3.068.979

15. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

Acionista	2015	Ações	%
União (Governo Federal)	191.771.439	9.654.834.834	99,97%
Estado do Maranhão	20.694	2.600.317	0,03%
Washington de Oliveira Viegas	14	758	0,00%
Benedito Salim Duailibe	14	758	0,00%
Bento Moreira Lima Neto	14	756	0,00%
	191.792.175	9.657.437.423	100,00%

16. Resultado de Exercícios Anteriores das Hidrovias

Por força do Convênio nº 007/2008-DAQ/DNIT as administrações hidroviárias não apuram lucros e/ou prejuízos, ou seja, para cada despesa realizada existe uma receita de igual valor, sendo assim, foram separados os saldos de resultados das hidrovias, do patrimônio líquido da CODOMAR, e registrados na conta nº 231050601001001 de resultado de exercícios anteriores das hidrovias, até 29 de junho de 2015, quando do encerramento do referido convênio.

17. Receita líquida

	2015	2014
Receitas de operações portuárias (1)	1.022.202	1.752.475
Receitas de recursos de convênios (2)	74.488.326	115.818.523
Receitas de alugueis e arrendamentos	-	23.176
Receitas eventuais	-	18.513
Ganho de capital por alienação	-	16.032
(-) Impostos incidentes sobre serviços	(145.225)	(245.431)
	75.365.303	117.383.288

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO – CODOMAR

- (1) As receita de operações portuárias são de origem das administrações hidroviárias, AHIPAR, AHSUL e do Porto Organizado de Manaus;
- (2) As receitas de recursos de convênios refere-se as transferências da União do Convênio nº 007/2008-DAQ/DNIT e do Convênio nº 002/2014-SEP/PR;

18. Custo dos serviços prestados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo de serviços portuários		
Custos de operações portuárias- AHIPAR	208.601	272.571
Custos de operações portuárias- AHSUL	38.302	167.855
Custos de operações portuárias- APFE	-	345.853
	<u>246.903</u>	<u>786.225</u>

19. Despesas tributárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos Federais	256.275	156.571
IPVA e licenciamentos	48.312	44.654
Impostos sobre propriedades e território urbano – IPTU	23.439	21.507
Taxas de alvará e demais taxas	21.521	24.393
Outras	687	2.669.386
	<u>350.235</u>	<u>2.916.511</u>

20. Despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal e administradores	3.743.514	4.365.570
Material de consumo	792.028	1.706.823
Serviços de terceiros	73.694.741	109.878.040
Provisões	8.068.699	25.135.289
Outras despesas	932.607	266.106
	<u>87.231.589</u>	<u>141.351.828</u>

21. Receitas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimento de aplicação financeira	1.165.935	1.068.733
Juros ativos	-	8.122
Outras Receitas Operacionais	5.682	2.276
	<u>1.171.617</u>	<u>1.079.131</u>

22. Despesas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros financeiros internos	18.652	2.297
Imposto sobre Operação Financeira – IOF	7.256	9.590
Juros sobre obrigações	77.207	107.625
Multas sobre obrigações	933	47.920
Parcelamento RTSA/PORTUS	334.630	297.564
Outras	74.407	6.640
	<u>513.084</u>	<u>471.636</u>

23. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2015.

Silvio Romano Benjamin Junior

Diretor de Operações no

Exercício da Presidência

CPF 233.990.902-34

Ricardo Fernandes Lins

Diretor Financeiro

CPF 184.985.311-87

Geraldo Istalin Bouéres

Técnico em Contabilidade

CRC/MA 1534

CPF 025.448.493-04